

## Detalhe de Oferta de Emprego

---

### Caracterização da Oferta

---

|   |  |
|---|--|
| <b>Código da Oferta:</b>                    | OE202003/0502  |
| <b>Tipo Oferta:</b>                         | Procedimento Concursal Comum   |
| <b>Estado:</b>                              | Activa   |
| <b>Nível Orgânico:</b>                      | Ministério do Mar  |
| <b>Orgão / Serviço:</b>                     | Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos   |
| <b>Vínculo:</b>                             | CTFP por tempo indeterminado   |
| <b>Regime:</b>                              | Carreiras Especiais  |
| <b>Carreira:</b>                            | Inspecção  |
| <b>Categoria:</b>                           | Inspector  |
| <b>Grau de Complexidade:</b>                | 0  |
| <b>Remuneração:</b>                         | art.º 5º do D.L. n.º 141/2019, de 19/09 e art. 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31/12 (LOE2019)   |
| <b>Suplemento Mensal:</b>                   | 0.00 EUR   |
| <b>Caracterização do Posto de Trabalho:</b> | Inspeção de Navios;<br>Implementação e aplicação de políticas no âmbito da segurança marítima e da proteção do meio ambiente marinho;<br>Análise de projetos de construção e modificação de embarcações com vista à sua aprovação;<br>Realização de vistorias, inspeções, auditorias e verificações estatutárias a embarcações, companhias, estações de serviço e outras entidades incluindo organizações reconhecidas;<br>Preparação e elaboração de pareceres técnicos;<br>Elaboração de regulamentação técnica;<br>Participação em reuniões nacionais e internacionais. |

### Requisitos de Admissão

---

|  |  |
|--|--|
| <b>Relação Jurídica:</b>                                   | Nomeação definitiva<br>CTFP por tempo indeterminado  |
| <b>Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:</b> | a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;<br>b) 18 anos de idade completos;<br>c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;<br>d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;<br>e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. |
| <b>Habilitação Literária:</b>                              | Licenciatura   |
| <b>Descrição da Habilitação Literária:</b>                 | preferência Eng. Naval/Máquinas Marítimas/Pilotagem/Navegação/Eletrotécnica Ramo Correntes Fortes  |

| Grupo Área Temática    | Sub-área Temática      | Área Temática          |
|------------------------|------------------------|------------------------|
| Área Temática Ignorada | Área Temática Ignorada | Área Temática Ignorada |

### Locais de Trabalho

---

| Local Trabalho   | Nº Postos | Morada           | Localidade | Código Postal  | Distrito | Concelho |
|--|-----------|------------------|------------|----------------|----------|----------|
| Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos | 3         | Avenida Brasília |            | 1449030 LISBOA | Lisboa   | Lisboa   |

**Total Postos de Trabalho: 3**

#### Nº de Vagas/ Alterações

---

#### Formação Profissional

---

**Outros Requisitos:** Domínio oral e escrito das línguas portuguesa e inglesa;  
Habilitação legal para conduzir veículos ligeiros;  
Saber nadar;  
Aptidão física comprovada mediante apresentação de atestado médico.

#### Formalização das Candidaturas

---

**Envio de Candidaturas para:** [recrutamento@dgrm.mm.gov.pt](mailto:recrutamento@dgrm.mm.gov.pt)

**Contacto:** 213035803

**Data Publicitação:** 2020-03-20

**Data Limite:** 2020-04-06

#### Texto Publicado

---

##### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** AVISO DE PUBLICITAÇÃO INTEGRAL DO PROCEDIMENTO (BEP) Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 3 (três) postos de trabalho, previstos e não preenchidos no mapa de pessoal da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), para a Carreira Especial de Inspeção de navios e segurança marítima, para exercício de funções na Direção de Serviços de Administração Marítima (DSAM). 1 - Nos termos das disposições conjugadas no art.º 4.º Decreto-Lei n.º 141/2019 de 19 de setembro dos artigos 30.º e 33.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que por despacho por despacho da Subdiretora-Geral, Dr.ª Susana Baptista, de 30 de janeiro de 2020, em suplência do Diretor-Geral, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para preenchimento de 3 (três) postos de trabalho na carreira especial de Inspeção de navios e segurança marítima, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), para o desempenho de funções na Direção de Serviços de Administração Marítima na modalidade de contrato por Nomeação, conforme se segue: Três (3) postos de trabalho correspondentes à carreira especial de Inspeção de Navios e Segurança Marítima. 2 - Para os efeitos previstos no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação, cujo perfil se adequasse às características dos postos de trabalho em causa. 3- Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, o presente aviso será publicado, por extrato, na 2.ª Série do Diário da República, e a sua publicação integral será realizada na Bolsa de Emprego Público, a ocorrer na data da publicação daquele aviso. O presente procedimento será ainda publicitado na página eletrónica da DGRM

(www.dgrm.mm.gov.pt), por extrato disponível para consulta a partir da data da publicação na BEP, no prazo máximo de três dias úteis contado desta data. 4 - Ao presente procedimento concursal é aplicável a tramitação prevista no artigo 37.º da LTFP, regulamentada pela Portaria, na sua redação atual. 5 - Local de trabalho: Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Av.ª Brasília, 1449 -030 Lisboa e na Av. Dr. Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 1, 1495-165 Algés 6 - Caracterização dos postos de trabalho e âmbito do recrutamento: 6.1. Licenciatura preferencial nas seguintes áreas: Engenharia Naval; Engenharia de Máquinas Marítimas, Pilotagem ou equivalente (Navegação); Engenharia Eletrotécnica Ramo de Correntes Fortes), ou Eletrónica e de Telecomunicações 6.1.1. Inspeção de Navios; 6.1.2. Implementação e aplicação de políticas no âmbito da segurança marítima e da proteção do meio ambiente marinho; 6.1.3. Análise de projetos de construção e modificação de embarcações com vista à sua aprovação; 6.1.4. Realização de vistorias, inspeções, auditorias e verificações estatutárias a embarcações, companhias, estações de serviço e outras entidades incluindo organizações reconhecidas; 6.1.5. Preparação e elaboração de pareceres técnicos; 6.1.6. Elaboração de regulamentação técnica; 6.1.7. Participação em reuniões nacionais e internacionais. 6.2. Para o presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação e ou experiência profissional, conforme previsto no na alínea a) n.º 2 art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 141/2019 de 19 de setembro e n.º 3 do artigo 34.º da LTFP. 6.3. O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecida, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30º da LTFP. 7 - Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 141/2019 de 19 de setembro, Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, Código do Procedimento Administrativo e Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2019). 8 - Requisitos de admissão ao procedimento concursal: 8.1. Requisitos relativos ao trabalhador: 8.1.1. Reunir os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, enunciados no artigo 17.º da LTFP; 8.1.2. Ter já constituída uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. 8.2. Competências Profissionais e aptidões: 8.2.1. Domínio oral e escrito das línguas portuguesa e inglesa; 8.2.2. Organização de trabalho e gestão do tempo; 8.2.3. Orientação para a qualidade, comunicação e relações interpessoais; 8.2.4. Capacidade 8.2.5. Habilitação legal para conduzir veículos ligeiros; 8.2.6. Saber nadar; 8.2.7. Aptidão física comprovada mediante apresentação de atestado médico. 8.3. Requisitos Habilitacionais: 8.3.1. Licenciatura preferencial nas seguintes áreas: Engenharia Naval; Engenharia de Máquinas Marítimas, Pilotagem ou equivalente (Navegação); Engenharia Eletrotécnica Ramo de Correntes Fortes), ou Eletrónica e de Telecomunicações. 8.4. Outros Requisitos: 8.4.1. O domínio de outras línguas será valorizado. 8.5. O candidato ou candidata deve reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação da candidatura. 9 - Posicionamento remuneratório: 9.1. De acordo com art.º 5º do Decreto-Lei n.º 141/2019, de 19 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2019 - LOE2019). 9.2. Os candidatos e as candidatas devem informar obrigatoriamente o júri do concurso do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem. 10 - Impedimentos de admissão: De acordo com o disposto na alínea k), do n.º 4, ex vi da alínea b) do n.º 1, ambos do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos e candidatas que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal do órgão ou serviço idêntico aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 11 - Prazo de validade: O presente procedimento concursal é válido para os postos de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, salvo no caso previsto no n.º 1 e 2 do artigo 30.º, da Portaria. 12 - Formalização da candidatura: 12.1. Sob pena de exclusão, as candidaturas, devidamente identificadas com código da publicitação do procedimento na BEP, devem ser apresentadas no prazo de dez (10) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do Diário da República, obrigatoriamente, através do "formulário de candidatura ao procedimento concursal", disponível para download na página eletrónica da DGRM em [www.dgrm.mm.gov.pt](http://www.dgrm.mm.gov.pt). 12.2. Sob pena de exclusão, o formulário deverá ser devidamente preenchido e assinado pelo candidato de acordo com o estabelecido no artigo 19.º da Portaria. 12.3. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do CPA, o candidato deve informar, no formulário-tipo de candidatura, o seu consentimento prévio para envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento

concursal, para o endereço de correio eletrónico que ali mencionar. 12.4. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o formulário, acompanhado dos demais documentos exigidos para admissão ao procedimento, deve ser apresentado, preferencialmente, em suporte eletrónico, para o endereço eletrónico recrutamento@dgrm.mm.gov.pt. 12.5. É admitida a apresentação da candidatura em suporte de papel, devendo, para o efeito, ser entregue pessoalmente, das 9:00h às 17:00, ou remetido por correio registado, com aviso de receção, dirigido ao Presidente do Júri do presente procedimento concursal, nesta Direção-Geral, sita na Avenida Brasília, 1449-030 Lisboa. 12.6. As candidaturas devem ser acompanhadas, igualmente sob pena de exclusão, da seguinte documentação, em formato pdf: a) Curriculum Vitae detalhado, datado e assinado, dele devendo constar, para além de outros elementos julgados necessários, as habilitações literárias, as funções e atividades que exerceu, bem como as que exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das entidades promotoras, datas de realização e respetiva duração; b) Cópia legível dos documentos comprovativos das habilitações literárias; c) Cópia legível dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas; d) Outros documentos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu percurso profissional. e) Declaração atualizada à data do presente Aviso, emitida pelo serviço de origem, da qual conste inequivocamente: i) A identificação da carreira e da categoria em que o candidato ou candidata se integra; ii) A identificação da relação jurídica de emprego público de que é titular; iii) A posição e nível remuneratório em que se encontra, com indicação do respetivo valor; iv) A antiguidade na categoria, na carreira e na Administração Pública; v) As atividades que executa (conteúdo funcional); vi) A avaliação do desempenho relativa aos últimos três ciclos avaliativos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da já citada portaria; 12.7. Declaração do candidato atestado que sabe nadar; 12.8. Atestado médico comprovando aptidão física. 12.9. Em conformidade com o n.º 4 do artigo 20.º da Portaria, assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato ou candidata a apresentação de documentos comprovativos de factos referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito. 12.8. Sem prejuízo da faculdade prevista no n.º 9 do artigo 20.º da Portaria, a não apresentação dos documentos referidos no ponto 12.6 determina a exclusão do candidato ou candidata, bem como o não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de acordo com o disposto no n.º 8 do sobredito artigo 28.º. 13 – Notificação: 13.1. Notificação para a realização do procedimento concursal: Os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria. 13.2. Notificação para a realização dos métodos de seleção: Os candidatos e as candidatas admitidos/as são convocados para a realização dos métodos de seleção por notificação por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, com indicação do dia, hora e local da realização dos métodos de seleção. 14 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos e candidatas, ou a apresentação de documentos falsos, determinam a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e, ou, penal. 15 - Métodos de Seleção: Os métodos de seleção a aplicar, estão de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP. 15.1. Atenta a urgência do presente recrutamento, nos termos da faculdade contemplada no n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, e artigo 5.º da Portaria, é adotado para o presente procedimento concursal apenas um método de seleção obrigatório e um método de seleção facultativo. 15.2. Método de seleção obrigatório: 15.2.1. Prova de Conhecimentos (PC) - será aplicada aos candidatos e candidatas que: a) Não sejam titulares da categoria de Inspetor; b) Sejam titulares da categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; c) Sejam titulares daquela categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular, no formulário da candidatura. 15.2.2. A Prova de Conhecimentos (PC) será escrita, com consulta, de realização coletiva, de natureza teórico-prática, efetuada em suporte de papel, numa só fase, e poderá ser constituída por um conjunto de questões de resposta de escolha múltipla, com a duração máxima de 90 minutos, e visa avaliar os conhecimentos profissionais, bem como as competências técnicas dos/as candidatos/as, versando sobre as seguintes temáticas: a) Orgânica e atribuições da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; b) Código do Procedimento Administrativo; c) A Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974 (SOLAS 74) d) A Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973/78; e) A Convenção Internacional das Linhas de Carga (LL) para a

Prevenção da Poluição por Navios de 1973/78; f) A Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, de 1972 (COLREG 72). g) O Regulamento das Radiocomunicações da ITU. 15.2.4. Durante a realização da prova, não é autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado. 15.3. Avaliação Curricular (AC) - será aplicada aos candidatos e candidatas integrados na carreira de inspetor que se encontrem, ou tratando-se de candidatos ou candidatas colocados em situação de requalificação, se tenham, por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação foi aberto o procedimento. 15.3.1. A AC incidirá especialmente sobre as funções que os candidatos e candidatas têm desempenhado, visando analisar a sua qualificação, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. 15.3.2. Na AC serão analisados os seguintes fatores: a) Habilitação Académica - será ponderada a habilitação detida; b) Formação Profissional - apenas se considerará a formação profissional respeitante às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher; c) Experiência Profissional - será tido em conta o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e a atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher, dependendo do maior ou menor contacto orgânico-funcional com as referidas áreas; d) Avaliação de Desempenho - será ponderada a avaliação relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar. 16 - A Entrevista profissional de seleção (EPS), visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e a capacidade técnica, bem como aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 16.1 - A EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 17 - A valoração dos métodos anteriormente referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais:  $OF = 0,70 PC + 0,30 EPS$   $OF = 0,70 AC + 0,30 EPS$  em que: OF = Ordenação Final PC = Prova de Conhecimentos EPS = Entrevista Profissional de Seleção AC = Avaliação Curricular 18 - Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório, pela ordem enunciada na lei. É excluído do procedimento o candidato ou candidata que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fases seguintes, nos termos dos n.os 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria. 19 - Os candidatos e candidatas que obtenham classificação igual ou superior a 9,5 valores nos métodos de seleção são convocados para a realização da entrevista profissional de seleção, nos termos previstos no ponto 13.2. A notificação indicará o dia, hora e local da realização da entrevista. 20 - Ordenação final dos candidatos: A ordenação final dos candidatos que completam o procedimento é efetuado de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção. 21 - Critérios de ordenação preferencial: Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no artigo 27.º da Portaria e, subsidiariamente, o da maior antiguidade no exercício de funções públicas. 22 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica da DGRM e afixada em local de estilo na respetiva sede. 23 - Composição e identificação do júri: Presidente: Maria Da Conceição Gallis e Garcia – Chefe de Divisão de Novas Construções (DNC) 1.º Vogal Efetivo: Vítor Manuel dos Santos Pinheiro – Inspetor de Navios (DNC) 2.ª Vogal Efetiva: Ana Rita Gonçalves – Técnica Superior de Recursos Humanos (DGVRH) 1.º Vogal suplente: Ana Sofia Lima - Técnica Superior de Recursos Humanos (DGVRH) 2.º Vogal Suplente: Joaquim Ângelo Craveira Fernandes (Inspetor de Navios- DNSP) 24 - O presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo. 25 - As atas do júri, de onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão publicitadas na página eletrónica da DGRM em [www.dgrm.mm.gov.pt](http://www.dgrm.mm.gov.pt), de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 11.º da Portaria. 26 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos e candidatas aprovados é notificada nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos da Portaria. 27 - A

lista unitária de ordenação final dos candidatos e candidatas, após homologação pelo Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, é publicada na 2.ª série do Diário da República, afixada em local visível e público das instalações desta entidade, e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria. 28 - Reserva de recrutamento: O presente procedimento concursal rege-se pelo disposto nos n.os 3 a 6 do artigo 30.º da Portaria, com a possibilidade de se constituir reserva de recrutamento por um período de 18 meses. 29 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 20 De janeiro de 2020 - A Subdiretora-Geral Dra. Susana Baptista

### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Alteração de Júri

---

### Resultados

---

### Questionário de Terminó da Oferta

---

#### Admitidos

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

#### Recrutados

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total Portadores Deficiência:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**